



BACHARELADO EM ENFERMAGEM

JAMILE BATISTA DE OLIVEIRA SANTOS

**A ESTIGMATIZAÇÃO VIVENCIADA POR MULHERES QUE ABDICARAM DO
GESTAR**

**CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA
2024**

JAMILE BATISTA DE OLIVEIRA SANTOS

**A ESTIGMATIZAÇÃO VIVENCIADA POR MULHERES QUE ABDICARAM DO
GESTAR**

Artigo científico apresentado à Faculdade da Região Sisaleira como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.
Orientadora: Prof^a Esp. Ernanda Cordeiro Teixeira

**CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA
2024**

Ficha Catalográfica elaborada por:
Carmen Lúcia Santiago de Queiroz – Bibliotecária
CRB: 5/001222

S596 Santos, Jamile Batista de Oliveira
A estigmatização vivenciada por mulheres que
abdicaram do gestar/Jamile Batista de Oliveira Santos. –
Conceição do Coité: FARESI,2024.
23f.il..

Orientadora: Profa. Esp. Ernanda Cordeiro Teixeira
Artigo científico (bacharel) em Enfermagem. –
Faculdade da Região Sisaleira (FARESI). Conceição do
Coité, 2024.

1 Enfermagem. 2 Estigmatização. 3 Não gestar 4
Contraceptivos. I Faculdade da Região Sisaleira – FARESI.II
Teixeira, Ernanda Cordeiro.III Título.

CDD: 610.73

JAMILE BATISTA DE OLIVEIRA SANTOS

**A ESTIGMATIZAÇÃO VIVENCIADA POR MULHERES QUE ABDICARAM DO
GESTAR**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem, pela Faculdade da Região Sisaleira.

Aprovado em 9 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Ernanda Cordeiro Teixeira / ernanda.cordeiro@faresi.edu.br

Ilke Itamar Oliveira Rodrigues / ilke.rodrigues@faresi.edu.br

Fernanda Mota/ fernanda.mota@faresi.edu.br

Rafael Reis Bacelar Antón / rafael.anton@faresi.edu.br



**Rafael Reis Bacelar Antón
Presidente da banca examinadora
Coordenação de TCC – FARESI**

**Conceição do Coité – BA
2024**

A ESTIGMATIZAÇÃO VIVENCIADA POR MULHERES QUE ABDICARAM DO GESTAR

Jamile Batista de Oliveira Santos ¹

Ernanda Cordeiro Teixeira²

RESUMO:

Na contemporaneidade os casamentos necessariamente não envolvem projetos de filhos, um número crescente de mulheres que tem vivenciado a não maternidade. **Objetivo:** enfatizar os aspectos que dizem respeito da estigmatização sofrida por mulheres, o uso dos métodos contraceptivos e a relação da atuação do enfermeiro. **Metodologia:** trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório, utilizadas como base de dados, BVS, Lilacs, e Scielo, tendo como resultados de busca 13 artigos entre os anos 2014 a 2024. **Resultados:** Após análise dos dados, apresentou-se resultados com a temática: Estigmatização por mulheres que decidiram não gestar. O surgimento de uma diversidade de modos de vida, para as mulheres, traz a possibilidade de viver outras ambições pessoais. Visto que um dos propósitos do feminismo também passa pela discussão acerca da quebra de padrões e estereótipos de gênero, relaciona-se diretamente à maternidade. A atuação do enfermeiro com vistas ao planejamento reprodutivo ocorre, além da oferta e orientação dos métodos contraceptivos, também mediante conhecimento e implementação das políticas de saúde. **Conclusão:** A sociedade contemporânea é formada por uma diversidade de cenários familiares, e palco de diversas transformações na família e constante movimento. Sobretudo, a estigmatização está atrelada ao fato da escolha da mulher de não gestar, interpretada muitas vezes como anormalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estigmatização, não gestar, contraceptivos.

ABSTRACT:

In contemporary times, marriages necessarily involve projects for children, a growing number of women who experience non-motherhood. **Objective:** To emphasize the aspects related to the stigmatization suffered by women, the use of contraceptive methods and the relationship between the work of nurses. **Methodology:** this is a bibliographic review, of exploratory character, using as a database, VHL, Lilacs, and Scielo, having as search results 13 articles between the years 2014 to 2024. **Results:** After analyzing the data, results were presented with the theme: Stigmatization by women who decided not to become pregnant. The emergence of a diversity of ways of life, for women, brings the possibility of living other personal ambitions. Since one of the purposes of feminism also involves the discussion about breaking gender standards and stereotypes, it is directly related to motherhood. The role of nurses in reproductive planning occurs, in addition to the provision and guidance of contraceptive methods, also through knowledge and implementation of health policies. **Conclusion:**

Contemporary society is formed by a diversity of family scenarios, and the stage of several transformations in the family and constant movement. Above all, stigmatization is linked to the fact that women choose not to become pregnant, which is often interpreted as an abnormality.

KEYWORDS: Stigmatization, not gestating, contraceptives.

1

1 INTRODUÇÃO

No contexto evolucionista e biologicista, ser mulher sempre esteve associado à maternagem, contudo, no que tange ao contexto social deste papel, o mesmo passou por transformações intensas ao longo da história. Até o século XVIII, era função da mulher gerar um filho, e ser responsável pelo desenvolvimento, criação e educação das crianças, estando essas funções atreladas a um casamento, condição na qual a mulher já nascia predestinada (Patias & Buaes, 2009).

Atualmente, essa pressão social tem apresentado menor força sobre a mulher, permitindo que a mesma decida quanto ao matrimônio e o processo de gestar e parir, mudança essa, que se dá a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho e da autonomia financeira. Com o surgimento da pílula anticoncepcional e a maior eficácia dos métodos contraceptivos, as mulheres se tornaram responsáveis por sua sexualidade, podendo optar por ter, ou não, filhos e quando tê-los (Fidelis, D.Q.; Mosmann, C.P., 2013).

O estigma, o preconceito e a discriminação têm sido um foco importante de atenção das pesquisas há décadas. Na atualidade, a palavra estigma remete um pouco a alguns registros dos antigos gregos, um mito de desonra, uma tradição passada de uma geração a outra, cuja representação é algo de negativo, de desconforto nos contatos e que devem ser evitados, pois representa uma ameaça à convivência sadia do sujeito dentro do grupo que pertence (Parker, 2013).

O estigma é um problema significativo em todo o mundo e, devido aos seus efeitos devastadores, estudos recentes na literatura internacional têm como objetivo aumentar a conscientização e a compreensão das estratégias mais eficazes para combater o estigma e a discriminação. A redução do estigma e da discriminação associada ao sofrimento psíquico tem se tornado um foco cada

¹ Discente do curso de Bacharelado em Enfermagem: jamile.santos@faresi.edu.br

² Docente do curso de Enfermagem: ernanda.cordeiro@faresi.edu.br

vez mais importante para a política e os programas de intervenção (Leão *et al.*, 2021).

De acordo com o artigo 226 da Constituição Federal o exercício do direito ao planejamento familiar, devem ser oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantindo a liberdade de opção.

Conforme a lei federal 9.263/96, o planejamento familiar é direito de todo o cidadão e se caracteriza pelo conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. Em outras palavras, planejamento familiar é dar à família o direito de ter quantos filhos quiser, no momento que lhe for mais conveniente, com toda a assistência necessária para garantir isso integralmente.

Em 2007, o Ministério da Saúde elaborou o Programa Mais Saúde, Direito de Todos, no qual uma das medidas propostas é a expansão das ações de planejamento familiar. A atenção em planejamento familiar implica não só a oferta de métodos e técnicas para a concepção e a anticoncepção, mas também a oferta de informações e acompanhamento, num contexto de escolha livre e informada. Observa-se, no entanto, que as ações voltadas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva, em sua maioria, têm sido focadas mais na saúde reprodutiva, tendo como alvo a mulher adulta. (Brasil, 2010).

O Ministério da Saúde indica que o planejamento deve ser ofertado com esclarecimentos sobre os métodos que melhor se adequem às necessidades de cada pessoa, sem discriminação, coerção ou violência. Estabeleceu o planejamento familiar como um direito e orienta ações de atenção sexual e reprodutiva nos serviços de saúde do país, incluindo a contracepção.

A norma de 96 foi alterada pela **Lei nº 14.443/2022** para estabelecer as condições de acesso à esterilização voluntária (Brasil, 2023). O controle da fecundidade está relacionado a um exercício de poder da mulher sobre seu corpo, de modo a evitar gestações indesejadas. Atualmente, o termo “planejamento familiar” foi substituído por “planejamento reprodutivo (Ferrari *et al.*, 2020).

A nova redação traz as seguintes alterações nos requisitos de elegibilidade: A idade mínima para mulheres e homens com capacidade civil plena passa de 25 para 21 anos, independentemente do número de filhos vivos; Fica definido prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação de vontade e o ato cirúrgico; Não é mais necessário o consentimento expresso de ambos os cônjuges para a realização de laqueadura tubária ou vasectomia; O histórico de cesarianas sucessivas anteriores não é mais requisito para a realização de laqueadura tubária durante a cesárea, sendo a esterilização cirúrgica em mulher durante o período de parto garantida à solicitante, desde que observados o prazo

mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o parto e as devidas condições médicas (Brasil, 2023).

A orientação é um elemento essencial para a qualidade de atenção em planejamento familiar. A ação educativa, realizada em pequenos grupos e usando metodologia participativa, tem como objetivo preparar e dar elementos para que as pessoas tenham uma opinião formada sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e, principalmente, sobre as diferentes opções anticoncepcionais, de maneira que sejam capazes de realizar uma escolha livre e informada. Apenas com o entendimento adequado dos métodos contraceptivos, as pessoas podem fazer escolhas informadas. (Fagundes *et al* 2011).

De acordo com Brasil (2016), o planejamento familiar é a política pública que leva em consideração a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos da população como um todo. Seu foco é a prevenção e a orientação, e sua condução deverá ser pautada no respeito ao usuário. As ações de planejamento familiar inseridas na Atenção Básica e sob a responsabilidade dos municípios foram definidas na Norma Operacional da Assistência (NOAS-SUS).

O planejamento familiar é o direito que toda pessoa tem de optar em ter ou não ter filhos, por meio de uma assistência especializada e com informação. Estas informações são ofertadas por intermédio da atenção básica durante o programa de planejamento familiar. Englobar os adolescentes e Homens no planejamento familiar é uma tarefa de grande importância. (Silva *et al.*, 2016).

A participação social é uma das principais áreas de ocupação afetada pelos efeitos negativos da presença dos estigmas. Desse modo, o estigma social ou público é uma crença errônea acerca da identidade de uma pessoa, em que ela é considerada como menor, menos igual e pertencente a um grupo inferior, o que produz uma incorporação no âmbito social e cria a inferioridade. Essa identidade virtual se relaciona aos períodos cultural, econômico, político e histórico, sendo então um processo social contextualizado e não individual (Leão *et al.*, 2021).

A sociedade contemporânea é palco de diversas transformações na família, no casamento, assim como nos conceitos de maternidade, paternidade e nas relações de gênero, conceitos historicamente determinados e em constante mutação. Sexualidade e procriação não se complementam mais, assim como maternidade e feminilidade não são necessariamente vistas como sinônimos (Rios *et al.*, 2009).

Tem como justificativa o fato de a maternidade ainda ser vista como um fator biológico, em um modelo patriarcal que permanece enraizado com pautas de que todos os relacionamentos devem ter direito reprodutivos. Sobretudo, é de livre escolha do casal. Desse modo, considerando as questões que permeiam a possibilidade de “escolha” entre ser ou não ser mãe na atualidade.

Tem como objetivo enfatizar os aspectos que dizem respeito à estigmatização, preconceito ou pressão social sofridos por casais que decidiram não terem filhos. Bem como objetivos específicos, fundamentar a atuação do enfermeiro no planejamento familiar e os métodos contraceptivos orientados pelas redes de assistência da saúde.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório, estabelecidos métodos de investigação, pesquisa e estudos, visando os objetivos descritos.

Para a seleção do material de investigação estabeleceu-se como critérios de inclusão artigos do período de 10 anos (2014-2024), disponíveis nas bases de dados que abordassem a temática. Os dados obtidos mediante artigos publicados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com as palavras chaves: planejamento familiar, enfermeiro, métodos contraceptivos, estigmatização.

Foram selecionados artigos para a investigação que tivessem o recorte temporal da pesquisa, artigos publicados em português que abordassem a temática e, como critérios de exclusão, artigos que não atendessem aos critérios, idiomas diferentes do português e documentos que não estivessem disponíveis na íntegra, teses e revisões.

Foi desenvolvida a coleta de dados extraindo artigos da BVS, Lilacs, SciELO, utilizando palavras chaves: “não gestar, estigmatização, preconceito”.

Na base de dados do BVS utilizou-se as palavras chaves “não gestar, estigmatizarão, preconceito”, encontrou-se 53 artigos, segundo o período de inclusão restaram 35 publicações, e 5 artigos disponíveis em língua inglesa, sendo assim apenas 9 publicações foram selecionadas

Na base de dados do Lilacs utilizou-se as palavras chaves “não gestar, estigmatizarão, preconceito”, encontrou-se 4 artigos, apenas um artigo publicado em idioma espanhol, e 1 selecionado, por ter relação com o tema.

Realizada pesquisa na base do Scielo com as palavras chaves “não gestar, estigmatização, preconceito”, resultou-se em 137 artigos, definindo período de publicação resultou-se em 72 publicações, e apenas 1 em idioma francês, foram selecionados para fazer parte deste trabalho 3 textos.

Tabela 1. Resultados de buscas das bases de dados utilizadas definidas com palavras chaves “não gestar, estigmatização, preconceito”

BASE DE DADOS	TOTAL DE ARTIGOS ENCONTRADOS	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO (2014-2024)	Nº DE TEXTOS DISPONÍVEIS NA ÍNTEGRA	Nº DE TEXTOS SELECIONADOS
BVS	53	35	5	9
Lilacs	4	3	1	1
Scielo	137	72	1	3

Este trabalho será com composto por 2 capítulos. O primeiro consistirá no planejamento familiar e o papel do enfermeiro. O segundo capítulo terá como abordagem os fatores associados a decisão de não gestar, e a escolha dos métodos contraceptivos.

5 RESULTADOS

Mediante a pesquisa nas bases de dados, conforme os critérios previamente estabelecidos, foram selecionadas 13 publicações para composição deste trabalho. Os artigos selecionados, seguem no quadro abaixo a partir dos seguintes dados: Autor, ano, título, objetivo, metodologia e resultados.

AUTOR /ANO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Medeiros, 2024	"Quem pariu mateus que balance os seus": Impactos das práticas de redução de danos na autonomia da mulher quanto a sua sexualidade e maternidade	Este estudo tem como objetivo analisar o uso das práticas de Redução de Danos intervenções de profissionais do CAPS AD como promotoras de uma vivência sexual e reprodutiva autônoma, consciente e saudável em mulheres usuárias de drogas.	Para alcançar esse objetivo, adotamos uma metodologia qualitativa utilizando a entrevista em profundidade, conduzida com 13 profissionais do CAPS AD de São Paulo.	Ao final há a discussão dos resultados deste estudo comparando com pesquisas anteriores e elaboramos possíveis desdobramentos para as políticas públicas e assistência em saúde.
Narvaes <i>et al.</i> , 2024	Uma revisão integrativa a respeito de métodos contraceptivos	Este artigo busca descrever os benefícios e desvantagens dos principais anticoncepcionais presentes na atualidade por meio de	A seleção de artigos foi feita nas bases eletrônicas de dados da Pub Med, BVS, SciELO e no Google Acadêmico. Para a realização da revisão integrativa foi estabelecida a pergunta	Um dos pontos mais notáveis nesta revisão foi a grande variedade de métodos contraceptivos e suas peculiaridades, que se adequam à necessidade da usuária, sendo, portanto, preciso uma

		<p>uma revisão integrativa da literatura, que buscou identificar os achados científicos publicados nos últimos 10 anos (2013 a fevereiro de 2023).</p>	<p>norteadora, para possibilitar a busca na base dados: Quais os benefícios e as desvantagens dos anticoncepcionais adesivo combinado, anel vaginal, sistema intrauterino de liberação de Levonorgestrel (SIU-LNG), contracepção de emergência (pílula de emergência), implante hormonal e anticoncepcional oral (ACO).</p>	<p>análise cuidadosa do método a ser escolhido.</p>
<p>Gozzo, 2023</p>	<p>Planejamento familiar e maternidade tardia no Brasil: gestação de alto risco a partir dos 35 anos.</p>	<p>Investigar o direito da mulher acima dos 35 anos ao planejamento familiar, uma vez que a partir dessa faixa etária o exercício do direito reprodutivo poderá trazer riscos à sua saúde e à do feto.</p>	<p>Tratou-se de uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica narrativa e descritiva, utilizando-se de artigos publicados em periódicos especializados em ciências da saúde e em direito à saúde, livros e coletâneas.</p>	<p>Observou-se que o corpo da mulher a partir dos 35 anos de idade já não está mais tão apto à maternidade como o da mulher entre os 20 e 29 anos, idade considerada ideal para a procriação</p>
<p>Silva <i>et al.</i>, 2023</p>	<p>Assistência de enfermagem à saúde da mulher na atenção primária à saúde.</p>	<p>Conhecer as práticas de cuidado de enfermeiros voltadas à saúde da mulher na APS.</p>	<p>Trata-se de uma pesquisa transversal de abordagem quanti-qualitativa, realizada com 24 enfermeiros da Atenção Primária a Saúde do estado de Sergipe. As entrevistas foram realizadas durante o período de dezembro de 2020 a abril de 2021, utilizando um roteiro semiestruturado. A análise dos dados</p>	<p>As práticas mais citadas pelos entrevistados foram: consulta de enfermagem no pré-natal; exame Papanicolau e abordagem sindrômica das infecções sexualmente transmissíveis, exame clínico das mamas e solicitação da mamografia; no planejamento familiar, evidenciou-se a</p>

			quantitativos ocorreu de forma descritiva, a qualitativa ocorreu através da análise de conteúdo conforme Bardin.	educação em saúde; no puerpério, comentaram sobre a avaliação clínica e obstétrica da mulher e as orientações.
Machado <i>et al.</i> , 2022.	Contraceção reversível de longa ação.	Tem por objetivo revisar as principais características dos contraceptivos de longa ação, além de considerar, de forma crítica, o panorama atual e as perspectivas futuras, visando melhorar o acesso a esses métodos e propondo recomendações práticas de interesse na rotina do ginecologista e obstetra	Esse protocolo consiste na revisão da literatura com o objetivo de oferecer conhecimento teórico e prático sobre os LARC. Os tópicos selecionados relacionam-se a eficácia, segurança, aspectos ético-legais e aplicabilidade prática	Em conclusão, por se tratar de situação na qual persistem dúvidas, pode-se considerar o consentimento da adolescente e do responsável para a utilização dos LARC, reforçando o aconselhamento contraceptivo e sugerindo o uso do TCLE. Ressalte-se que esses aspectos necessitam ter ainda um amplo debate entre as sociedades envolvidas e órgãos públicos.
Wender <i>et al.</i> , 2022	Influência da utilização de métodos contraceptivos sobre as taxas de gestação não planejada em mulheres brasileiras.	Este estudo teve como objetivo primário analisar a taxa de gestações não planejadas e sua relação com o uso de métodos contraceptivos no Brasil.	Secundariamente, procurou-se identificar o impacto da pandemia por SARS-CoV-2 sobre o desejo reprodutivo e a utilização de contraceptivos. Foram entrevistadas mulheres entre 16 e 45 anos que tiveram pelo menos uma gestação, por meio de questionário online, em todas as regiões brasileiras.	Em conclusão, a menor adoção de métodos contraceptivos, aliada ao uso incorreto/ falha do método, associa-se a maiores taxas de gestações não planejadas. Métodos com maior índice de eficácia são considerados por mulheres que já experimentaram gestações não planejadas. Houve pequeno impacto da pandemia sobre o uso de métodos contraceptivos e

				sobre o planejamento reprodutivo.
Santos <i>et al.</i> , 2021	“Tabela Periódica” da Anticoncepção – uma ferramenta na escolha contraceptiva.	O objetivo desta revisão é apresentar os LARCs e SARCes em uma tabela com dados comparativos que auxiliem na tomada de decisão do médico e da paciente e permita estabelecer estratégias para um planejamento familiar adequado	O presente estudo é uma revisão narrativa da literatura, de artigos em inglês e português publicados entre 2009 e 2020, utilizando as bases de dados SciELO, Medline e Embase	A disponibilidade de métodos contraceptivos reversíveis é necessária para o adequado planejamento reprodutivo. Entre os métodos reversíveis, os de longa ação (LARCs) são os mais efetivos. Métodos de curta ação (SARCes) são preferenciais para pacientes que desejam gestar a curto prazo e para as quais a gestação não será indesejada.
Trigueiro <i>et al.</i> , 2021	Inserção de dispositivo intrauterino por médicos e enfermeiros em uma maternidade de risco habitual.	Caracterizar a produção referente a inserção de Dispositivos Intrauterinos por médicos e enfermeiros em uma maternidade de risco habitual.	Pesquisa exploratória transversal, com coleta retrospectiva de dados secundários de prontuários de mulheres que receberam o dispositivo em maternidade de risco habitual em Curitiba, Paraná, ao longo de 12 meses. Dados coletados entre outubro/2017 a março/2018 que passaram por análise descritiva e Teste Qui quadrado	Das 828 inserções, existiu diferença significativa entre mulheres que receberam o DIU no Centro Obstétrico (247) e Ambulatório (571) quanto a taxa de expulsão ($p=0,00001$), existindo mais chance de expulsão no pós-parto imediato (Odds ratio 8,73), não existiu diferença significativa entre enfermeiros (481) e médicos (347) ($p=0,07$), contudo, mais chance de expulsão quando foi o médico (Odds ratio 3,60). As principais intercorrências foram dismenorréia e vaginose
Ferrari <i>et al.</i> , 2020	Acompanhamento da inserção de dispositivos intrauterinos de cobre por	Levantar as intercorrências, aceitabilidade e causas de descontinuação	Estudo longitudinal-prospectivo, com duração de 12 meses. Participaram 83 mulheres que	A maioria foi inserida por enfermeiros; 71 continuaram com o dispositivo e os motivos de escolha

	enfermeiros e médicos: estudo longitudinal prospectivo.	de mulheres que inseriram o Dispositivo Intrauterino de cobre em uma maternidade de risco habitual por um ano.	receberam o dispositivo por médico ou enfermeiro na maternidade entre setembro e outubro de 2017. Os dados foram coletados com um, seis e 12 meses da inserção. Os dados passaram por análise descritiva.	foram por não ser hormonal, por não haver risco de esquecimento e por ser eficaz. As 12 que não prosseguiram relataram dismenorreia, menorragia, sangramentos irregulares, expulsão ou perfuração do endométrio.
Soares <i>et al.</i> , 2020	A não maternidade por opção: depoimentos de mulheres que não querem ter filhos	O presente trabalho teve por objetivo colocar em pauta a questão da não maternidade como opção, por meio de relatos de mulheres que optaram por não ter filhos.	Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que coletou dados por meio de um questionário online, construído através da plataforma Formulários Google o qual foi respondido por 310 mulheres que afirmaram não desejar serem mães.	Os relatos trazidos pelas participantes apresentam justificativas que não possuem, necessariamente, relação com a criança, mas, sim, com os efeitos que a maternidade produz. Ou seja, a decisão em não ser mãe tem mais a ver com o fato de que os cuidados com a criança ainda são função predominante da mulher, do que propriamente com o processo de gravidez, parto ou características inerentes à criança
Bruzam arello <i>et al.</i> , 2019	Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade.	O objetivo desse estudo é compreender a decisão dos casais, principalmente da mulher, de adiar a parentalidade e como esta decisão impacta na relação conjugal.	A pesquisa é de cunho qualitativo, transversal e descritivo. Participaram 16 indivíduos heterossexuais casados que responderam a uma entrevista semiestruturada.	Evidenciou-se uma preocupação significativa quanto à seguridade financeira para gestar, assim como o desejo de controle dos casais com relação ao momento adequado da gestação e da maturidade emocional vivenciada pelos entrevistados quanto à gestação tardia. No que diz respeito à conjugalidade, os casais manifestam

				que a mesma trouxe união e compreensão.
Carelli, 2019	O desejo feminino de não maternidade.	Tem como objetivo geral, o trabalho busca identificar possíveis repercussões do desejo da mulher vivenciar a não maternidade, frente à imposição sócio histórica.	Para a composição deste estudo, e para que tomasse a configuração desejada, foi utilizada uma pesquisa qualitativa, buscando aporte teórico capaz de fornecer subsídios necessários para a mesma.	Foi possível perceber as influências e mecanismos presentes no desejo feminino de não maternidade e as implicações neste contexto envolvidas.
Paixão <i>et al.</i> , 2014	Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres	A pesquisa objetivou analisar as situações que precipitam e/ou intensificam conflitos na relação conjugal.	Foram entrevistadas 19 mulheres em vivência de violência conjugal. Utilizou-se o Discurso do Sujeito Coletivo como método de organização, que possibilitou encontrar as ideias centrais e gênero como referencial analítico. Síntese: relação de controle e dominação do homem para com a mulher, os ciúmes, a infidelidade do companheiro, a paternidade e maternidade sem planejamento e o uso de álcool e drogas	A atuação do profissional enfermeiro é indispensável nos programas de prevenção de agravos, promoção e assistência à saúde das mulheres e famílias, por meio dos equipamentos de saúde e sociais existentes na comunidade.

6.0 Discussão

6.1 A DECISÃO DE NÃO GESTAR

Na antiguidade, o papel da mulher sempre esteve associado à maternidade, concepção essa que vem se modificando com a maior inserção do papel feminino na sociedade. A mulher que escolhe não querer viver a maternidade pode de certa forma ser interpretada como egoísta, portadora de uma patologia e em débito com o dever social de reprodução. Esse discurso ganha cada vez mais evidência, sendo alvo de indagações em diferentes perspectivas (Carelli, 2019).

Contemporaneamente, principalmente nas camadas médias e altas da população, um dos critérios para ter filhos, diz respeito as condições socioeconômicas que o casal possui para sustentar os custos advindos após o nascimento da criança (Bruzamarello *et al.*, 2019). Sua autonomia quanto às suas vivências sexuais e trajetórias reprodutivas são também associadas por um processo de coerção contraceptiva, ou por meio de institucionalização precoce de seus filhos por não serem consideradas aptas para garantir bem-estar e integridade deles (Medeiros, 2024).

Independente de planejar ou desejar a gravidez, estudos mostram ser comum à prática de violência pelos cônjuges. Dados do Ministério da Saúde apontam que aproximadamente 13% das mulheres relatam aumento da frequência e/ou severidade da violência no referido período. Outro estudo revela que, durante a gravidez, a prevalência de violência tanto física, quanto sexual varia entre 1% 20% (Paixão *et al.*, 2014).

Com relação à saúde sexual e reprodutiva, o que se observa são disfunções sexuais, doença inflamatória pélvica, infecções sexualmente transmissíveis e infertilidade. Também podem sofrer de gravidez indesejada, bebês com baixo peso ao nascer, mortes maternas e neonatais (Lourenço *et al.*, 2020). O empoderamento feminino para a percepção da vivência de violência é, sem dúvida, o primeiro passo para a desconstrução da ideia que permeia o imaginário da sociedade do poder masculino, configurando-se enquanto importante estratégia para a prevenção e enfrentamento da violência de gênero (Paixão *et al.*, 2014).

O surgimento de uma diversidade de modos de vida, para as mulheres, traz a possibilidade de viver outras ambições pessoais. Essa liberdade de escolha transforma a maneira de se perceber a maternidade, distanciando as representações sociais de que a mulher se limitaria aos cuidados maternos. Ao lado de mulheres que se sentem realizadas com a maternidade, outras se questionam sobre a possibilidade de não viver essa função (Carelli, 2019).

A opção por ter filhos pode denotar o enfraquecimento das ambições pessoais como, por exemplo, adiar planos de carreira mais audaciosos ou deixar de consumir alguns bens materiais desejados para o futuro. Outra preocupação comum entre casais refere-se ao fato de que ter filhos significa ter outro ser humano totalmente dependente afetiva e financeiramente deles. Esta dependência do filho comprometeria a autonomia e a independência de cada um dos cônjuges, trazendo insegurança quanto à seguridade financeira e relacional do casal (Bruzamarello *et al.*, 2019).

Segundo pesquisa de âmbito nacional com 23.894 puérperas, constatou-se que, dessas, aproximadamente 30% não planejaram a gestação atual, 9% ficaram insatisfeitas com a notícia da gravidez e 2,3% tentaram interrompê-la (Ferrari *et al.*, 2020). Vale salientar que a gravidez também pode ocorrer em

casais em união estável, sem que fosse planejada, situação que também gera conflitos e, portanto, expõe a mulher à vivência de violência conjugal (Paixão *et al.*, 2014).

A gravidez não planejada não está associada com repercussões negativas apenas na saúde materno-fetal, mas também a fatores econômicos e sociais. As alterações mais observadas são a não realização adequada ou o início tardio do pré-natal, a não cessação ou interrupção do consumo do tabagismo/álcool/drogas, o aumento da incidência de abortamento, a prematuridade, o baixo peso do recém-nascido e a menor chance de aleitamento. Além disso, essas mulheres apresentam duas vezes mais chances de ter doenças psiquiátricas como depressão e suicídio (Machado *et al.*, 2022).

6.2 PLANEJAMENTO FAMILIAR E O PAPEL DO ENFERMEIRO

O enfermeiro possui um papel imprescindível na Atenção Primária à Saúde (APS), na saúde da mulher ele é o principal responsável pela promoção e prevenção da saúde, isso só é possível devido a consulta de enfermagem, a educação em saúde (Silva *et al.*, 2023).

Na realidade do Sistema Único de Saúde (SUS), a enfermagem representa mais de 50% da força de trabalho, com uma população de aproximadamente 886.309 profissionais, entre enfermeiros (29,3%), técnicos (50,9%) e auxiliares (19,8%). Sendo assim, os profissionais da enfermagem representam um dos pilares fundamentais para o funcionamento dos sistemas de saúde (Silva *et al.*, 2023).

De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, aprovada pela Portaria No. 2.436, de 21 de setembro de 2017, a Atenção Primária à Saúde (APS) é caracterizada por fornecer cuidados de saúde, é a porta de entrada para todos os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os programas realizados na APS inclui-se o de saúde da mulher, que atualmente realiza diversas ações que tornam o serviço integral, todavia, isso só foi possível após a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em 2003 e incorporada em 2015 ao Ministério das Mulheres, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País, contribuiu de forma decisiva para a melhoria de vida das mulheres. A PNAISM, de 2004, tem como premissa o direito à saúde e o respeito às diretrizes do SUS, promovendo a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção e assistência e recuperação da saúde em todo o território brasileiro (Castro *et al.*, 2015).

Em grande parte, devido à visão da maternidade como atrelada a uma suposta natureza feminina, a mulher ficou, durante muito tempo, enclausurada no espaço doméstico, voltada, principalmente, para os cuidados e a educação dos filhos. Tal fato dificultou, ou mesmo impossibilitou, que ela vislumbrasse outras possibilidades de vida, como a busca de uma carreira profissional, e de formas alternativas de exercício da maternidade, como o compartilhamento das responsabilidades, tarefas e cuidados da casa e dos filhos com seu companheiro (Barbosa *et al.*, 2012).

Por muitos anos, as mulheres não encontram outra saída a não ser a maternidade. Muitas mulheres, até mesmo em tempos recentes, ainda não se convenceram de que ter filhos pode ser uma escolha, se assim desejarem. Permitem que o desejo da sociedade, companheiro ou companheira prevaleçam sobre os seus, e em muitos casos se arrependem, pois não puderam dedicar-se à realização de verdadeiros desejos (Carelli, 2019).

Visto que um dos propósitos do feminismo também passa pela discussão acerca da quebra de padrões e estereótipos de gênero, relaciona-se diretamente à maternidade. Se formos explorar os motivos pelos quais o sexo masculino não é constantemente cobrado a exercer a paternidade, uma vez que não se fala em “instinto paterno”, veremos que o mesmo critério não se aplica à mulher, para a qual a maternidade é tomada como um fator biológico e natural, vinculado ao cuidado e à afetividade, enquanto a paternidade é vista como fator social (Soares *et al.*, 2020).

No entanto, que, paralelamente a esse constante movimento de mudança, estudos recentes têm observado também uma série de continuidades nos valores, práticas e papéis sociais. Sendo assim, podemos afirmar que, no cenário atual, convivem, simultaneamente, fenômenos diferenciados e, até mesmo, contraditórios. Esta convivência de posições contrastantes pode ser observada, inclusive, no interior das famílias e dos próprios indivíduos (Barbosa *et al.*, 2012).

A mulher contemporânea pode possuir diversos objetivos pessoais que, muitas vezes, não incluem a formação de uma família tradicional ou ainda a geração de um filho, contrariando o esperado. O que fica em segundo plano nesse tipo de situação é a sua vontade. (Soares *et al.*, 2020). As possibilidades de escolha abertas às mulheres são relativamente recentes, tendo sido consolidadas apenas no decorrer do século XX, mais especialmente em sua segunda metade (Barbosa *et al.*, 2012).

Segundo Gozzo, 2023, na atualidade, nota-se que as mulheres cada vez mais estão deixando a maternidade para um outro momento, muitas vezes renunciando ao objetivo de tornar-se mãe e deixando de exercer seu direito ao planejamento familiar. Fato é, contudo, que nesse direito ao planejamento familiar está o direito da pessoa ou dos parceiros não só de planejarem sua

família, mas de fazê-lo sem ingerências, não interferindo nessa decisão diretamente, vários motivos têm levado as mulheres a adiar o momento da maternidade.

A atuação do enfermeiro com vistas ao planejamento reprodutivo ocorre, além da oferta e orientação dos métodos contraceptivos, também mediante conhecimento e implementação das políticas de saúde existentes no país e município, engajamento em educação em saúde, busca de conhecimento técnico-científico quanto às melhores evidências científicas. Atualmente os serviços de saúde públicos brasileiro disponibilizam gratuitamente oito métodos contraceptivos, sendo eles diafragma, camisinha, pílula e injeção hormonal combinada, pílula e injeção somente de progesterona e o Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre (Trigueiro *et al.*, 2021).

Prevalência de uso dos métodos contraceptivos no Brasil é alta, sendo concentrada na esterilização tubária(laqueadura) e anticoncepcional oral, utilizados por 40% e 21% das mulheres, respectivamente (Narvaes *et al.*, 2024). Segundo Wender *et al.*, 2022, o acesso aos métodos contraceptivos tem importância central ao se analisar a gênese das gestações não planejadas. Nesse sentido, o aconselhamento ou orientação contraceptiva fundamentada no estímulo à discussão individual, permitindo a escolha do método por meio de decisão compartilhada, tem grande relevância.

A pílula anticoncepcional permitiu a decisão de gestar ou não, sendo possível, assim, para a mulher sustentar seu desejo de ter ou não filhos, elege o melhor momento de exercer os cuidados maternos, ou ainda, decidir-se por não exercer a maternidade (Carelli, 2019).

Segundo Narvaes *et al.*, 2024 o DIU consiste em um objeto sólido de formato variável que apesar de seguro existem alguns riscos após inserção como a perfuração uterina, infecção, expulsão, falha contraceptiva e gravidez ectópica. E, vale ressaltar que, este método não protege contra as doenças sexualmente transmissíveis, devendo ser associado a um método de barreira.

Entre os métodos contraceptivos de curta ação, estão: a anticoncepção combinada por diferentes vias (oral, anel vaginal, adesivos e injetáveis); a anticoncepção oral apenas com progestágenos e a medroxiprogesterona de depósito (injetável trimestral). Os métodos comportamentais (“tabelinha”) e os métodos de barreira (diafragma e preservativos) também são de curta duração (Santos *et al.*, 2021).

Os anticoncepcionais orais ou contraceptivos hormonais (AOC) atuam de forma reversível para evitar uma gravidez indesejada, sendo que esse método é o mais utilizado na população feminina brasileira e pode-se apresentar por diferentes mecanismos de ação como estrogênios e progesterona. Se tratando nos métodos hormonais, o anel vaginal corresponde a um anel de silicone a base de estrógeno e progesterona, que é introduzido na região vaginal por,

aproximadamente, três semanas e retirado no início do período menstrual, devendo ser substituído após uma semana de intervalo entre um e outro. Seu grau de eficácia gira em torno de 99%. Os implantes hormonais são classificados como contraceptivos reversíveis de longa duração (Narvaes *et al.*, 2024).

Os impactos de uma maternidade tardia podem ser tanto positivos como negativos. Percebe-se que a maternidade está atrelada ao fato de a mulher estar em constante crescimento, conquistando seu espaço e independência profissional. Atualmente, pela independência financeira há a possibilidade de várias decisões (Bruzamerello *et al.*, 2019).

A mudança no estilo de vida e o crescimento profissional das mulheres são mais significativos a cada dia que passa. A sociedade está em crescente desenvolvimento e a mulher está assumindo espaço em todas as áreas, tornando-se liberal, construindo sua autonomia e fazendo suas escolhas, tais como ser solteira ou casada, ter filhos ou não. Por outro lado, a partir do momento que a mulher foi inserida neste contexto de outras possibilidades identitárias que não apenas ser mãe exigiu-se dela ser excelente profissional (Bruzamerello *et al.*, 2019).

9 CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea é formada por uma diversidade de cenários familiares, e palco de diversas transformações na família e constante movimento. Sendo assim, pode-se afirmar que no cenário atual, convivem, simultaneamente, fenômenos diferenciados. No que diz respeito a questão maternidade, cabe mencionar a importância do surgimento e consumo crescente das novas tecnologias reprodutivas que ofereceram às mulheres a possibilidade de separar relações sexuais do processo de procriação, permitindo a elas escolherem ser ou não mães.

Sobretudo, a estigmatização está atrelada ao fato da escolha da mulher de não gestar, interpretada muitas vezes como anormalidade. Entende-se que a maternidade é muito mais do que gestar, a sociedade contemporânea é constituída por mulheres que vivem em campos de trabalho, estudos, compromissos, e que almejam sua independência e individualidade sem, necessariamente, abrir mão de um relacionamento e que valorize a igualdade de direitos e deveres entre os sexos e a divisão equitativa de tarefas e responsabilidades, sonhos e projetos.

Tendo em vista o aumento da participação das mulheres na sociedade em diferentes atividades fora do lar, a maternidade pode não ser uma opção para muitas na atualidade. O enfermeiro tem papel muito importante na escolha da

mulher, por optarem não terem filhos, independe do motivo ou do fato, o profissional deve acompanhá-la e orientá-la da melhor forma.

A orientação do uso dos métodos contraceptivos deve ocorrer respeitando-se os critérios da mulher, ou do casal, o enfermeiro deve ofertar informações, dando a liberdade de escolha, garantindo direitos iguais para o casal, permitindo a escolha da melhor concepção e sua eficácia.

Deste modo, a escolha de não ter filho, torna-se atualmente um modelo de algumas famílias de origem, sem recorrer a um padrão socialmente idealizado e historicamente determinado de família, este estudo enfatiza a importância da decisão de configuração de família na sociedade atual.

Este artigo teve como percepção a importância da participação do profissional de enfermagem na escolha da mulher em não gestar, o quanto a saúde da família é primordial para o fortalecimento da atenção básica de forma contínua, desenvolvendo a promoção a saúde, elevando a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Patrícia Zulato *et al.* Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **SciELO**, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4gj5xxSFGxWmzmWBq3r534Q/#>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde orienta gestores sobre laqueadura e vasectomia no SUS. **Ministério da Saúde**, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/ministerio-da-saude-orienta-gestores-sobre-laqueadura-e-vasectomia-no-sus>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRUZAMARELLO, Diogo *et al.* Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. **SciELO**, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/KqTqBPXwpWHxtmHm9R57H5P/#>. Acesso em: 15 maio 2024.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier *et al.* Monitoramento e acompanhamento da política nacional de atenção integral à saúde da mulher e do plano nacional de políticas para as mulheres. **GOV**, 2015. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf. Acesso em: 07 jun. 2024.

CARELLI, Jocieli Helia. O desejo feminino de não maternidade. **Repositório ucs**, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/4969/TCC%20Jocieli%20Helia%20Carelli.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 maio 2024.

FERRARI, Jerferson Cleiton *et al.* Acompanhamento da inserção de dispositivos intrauterinos de cobre por enfermeiros e médicos: estudo longitudinal prospectivo. **SciELO**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Tp4sWQSYGdvPbTJgTCSL4zn/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2024.

Fidelis, D.Q.; Mosmann, C.P. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia* 42, p.122-135, set./dez. 2013.

GOZZO, Débora. Planejamento familiar e maternidade tardia no Brasil: gestação de alto risco a partir dos 35 anos. **Cadernos prodisa**, 2023. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/967/936>. Acesso em: 15 maio 2024.

LEÃO, Adriana *et al.* Estigmatização: consequências e possibilidades de enfrentamento em Centros de Convivência e Cooperativas. **SciELO**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/S7GHGjFtk4wNktnxxxYh6d/#>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LOURENÇO, Lélío Moura *et al.* Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100010. Acesso em: 21 maio 2024.

MACHADO, Rogério Bonassi *et al.* Contracepção reversível de longa ação. **FEBRASGO**, 2022. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/SerieZ1-2022-Contracepcao.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

MEDEIROS, Yárita Crys . "Quem pariu mateus que balance os seus": Impactos das práticas de redução de danos na autonomia da mulher quanto a sua sexualidade e maternidade. **Teses USP**, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-23022024-172029/publico/versaofinalfev.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

NARVAES, João Victor Rodrigues *et al.* Uma revisão integrativa a respeito de métodos contraceptivos. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/10947/5258>. Acesso em: 28 maio 2024.

SANTOS, Juliana Moi Silva *et al.* "Tabela Periódica" da Anticoncepção – uma ferramenta na escolha contraceptiva. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2021.

Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/02/1358221/femina-2022-501-51-60.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

SILVA, Isabella Nunes *et al.* Assistência de enfermagem à saúde da mulher na atenção primária à saúde. **Enferm foco**, 2023. Disponível em:

https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202410SUPL1/2357-707X-enfoco-15-s01-e-202410SUPL1.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

SOARES, Izabel Cristina S *et al.* A não maternidade por opção: depoimentos de mulheres que não querem ter filho. **Revista Ártemis**, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Downloads/filipekjp-a013%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Downloads/filipekjp-a013%20(1).pdf). Acesso em: 25 abr. 2024.

RIOS, Maria Galvão *et al.* Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. **SciELO**, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/V4wrG3cqh4zXw3LLqSnkbMH/#>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia Do Nascimento *et al.* Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Redaly**, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/714/71433508027.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

PARKER, Richard. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. **SciELO**, 2013. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/hrc5s/pdf/monteiro-9788575415344-03.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

TRIGUEIRO, Tatiane Herreira *et al.* Inserção de dispositivo intrauterino por médicos e enfermeiros em uma maternidade de risco habitual. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/110869/60423>. Acesso em: 21 maio 2024.

WENDER, Maria Celeste *et al.* Influência da utilização de métodos contraceptivos sobre as taxas de gestação não planejada em mulheres brasileiras. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2022. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/04/1367567/femina-2022-503-134-141.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.